



PROPREVINE

**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção
na Gestão Pública Brasileira 2014 a 2018**

WALTER LUIS ARAUJO DA CUNHA
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DIPLAD)

Palestrante



- Walter Cunha
- Natural: Fortaleza-CE
- Cargo: AFFC-CGU TI (2009)
- Graduação: Engenharia Eletrônica ITA 2000
- Pós: Ger. Projetos FGV 2006
- Emerging Leaders: Harvard Kennedy School Nov/2017
- Contato: walter.cunha@cgu.gov.br



PROPREVINE

**Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na
Gestão Pública Brasileira – PROPREVINE
2014 a 2018**

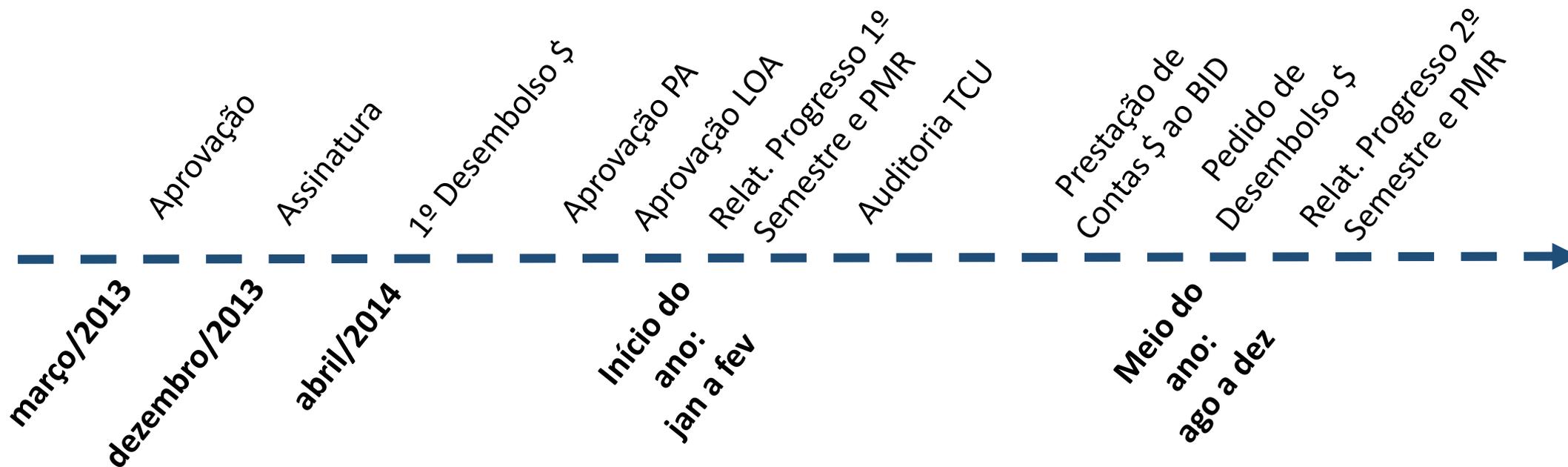
Em Valores:

Total: US\$ 30.000.000,00 (original)

- BID: US\$ 18.000.000,00 (60%)
- Contrapartida: US\$ 12.000.000,00 (40%)



Histórico do PROPREVINE



Dados sobre o Programa

Principal objetivo: contribuir para o fortalecimento da capacidade institucional da CGU, visando à eficiência da gestão dos recursos públicos no Brasil



Estrutura do Programa

- Componente I.**
Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU
- Componente II.** Apoio à Melhoria da Gestão do Governo Federal





Estrutura do Programa

❑ **Componente III.**
Promoção da Transparência
e do Controle Social

❑ **Componente IV.**
Fortalecimento da
Transparência e dos
Sistemas de Controle Interno
nos Governos Subnacionais

A captura de tela do Portal da Transparência apresenta o seguinte layout:

- Header:** "Portal da Transparência" e "MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO".
- Menu de Navegação:** "Sobre o Portal", "Painéis", "Consultas Detalhadas", "Controle social", "Rede de Transparência", "Receba Notificações", "Aprenda mais".
- Barra de Busca:** "Busque no Portal da Transparência" com um campo de entrada "Busque por órgão, cidade, CNPJ, servidor..." e um botão de lupa.
- Resumo de Dados:** "ORÇAMENTO DA DESPESA EM 2018 R\$ 3,44 TRILHÕES" e "TOTAL DE PAGAMENTOS REALIZADOS EM 2018 R\$ 1,66 TRILHÃO".
- Seção "CONHEÇA O PANORAMA DO GOVERNO FEDERAL":** Contém links para "Áreas de atuação (Funções)", "Programas de governo", "Benefícios ao cidadão", "Programas e ações orçamentários" e "Emendas parlamentares".
- Seção "Acesso rápido":** Inclui links para "Documentos diários de execução da despesa pública", "Execução mensal da despesa pública por: Órgão, Área de atuação, Ação/programa orçamentário, Período", "Consulta de Pessoa Jurídica" e "Consulta de Pessoa Física".
- Seção "Sanções":** Inclui links para "Empresas Inidôneas e Suspensas", "Empresas Punidas" e "Entidades Privadas".
- Seção "Localidade":** Possui um campo de busca "Estado e Município" e um mapa do Brasil com estados rotulados por siglas.
- Seção "Receitas e despesas":** Inclui links para "Orçamento anual da despesa", "Orçamento anual da receita", "Receitas públicas", "Despesas públicas", "Recursos transferidos" e "Gastos com cartão de pagamento".
- Seção "Órgãos e Servidores":** Inclui links para "Órgãos", "Servidores públicos" e "Viagens a serviço".
- Seção "Contratos e convênios":** Inclui links para "Licitações", "Contratos" e "Convênios e outros acordos".

Como foram usados os recursos do PROPREVINE?

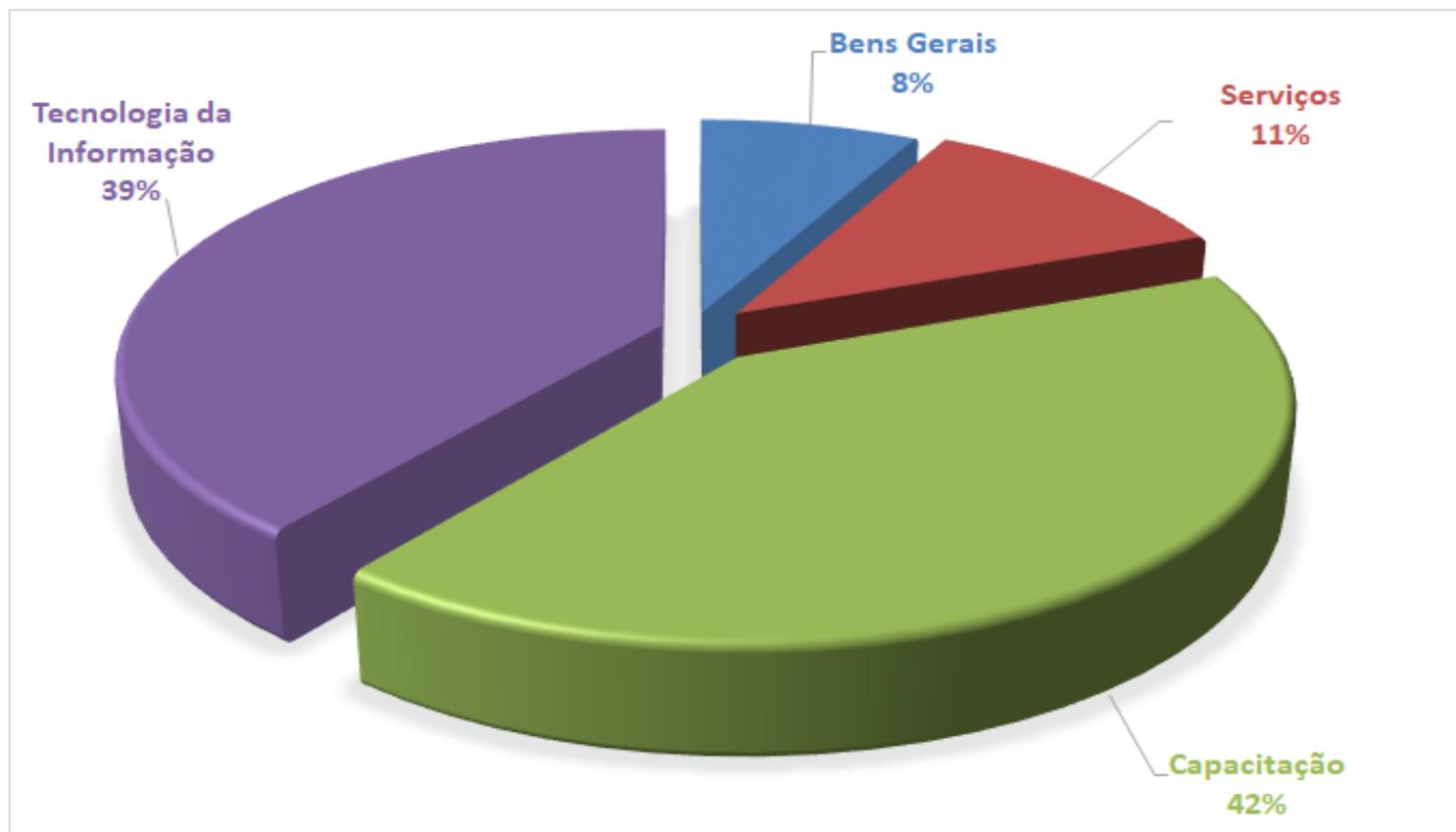




Como foram usados os recursos do PROPREVINE?

1. Aquisição de **Equipamentos de TI & Desenvolvimento de Sistema**
2. Contratação de serviços de **Consultoria**
3. **Treinamentos**, capacitações e cursos
 1. Pós-graduações (especializações, mestrado e doutorado)
4. **Ações de planejamento** estratégico e operacional

Como foram usados os recursos do PROPREVINE?



Estrutura de Execução



Alta Direção
– Nível Estratégico

Nível Executivo e Gerencial
(Ordenador de Despesa Dedicado)

Nível Operacional e de
Suporte



Instrumentos de Controle do PROPREVINE

Matriz de Resultados: é o instrumento balizador que serve para direcionar os esforços que serão feitos em prol do que se pretende atingir com as iniciativas do Programa. Podem ser feitos ajustes pontuais

MATRIZ DE RESULTADOS PROPREVINE									
Objetivo Geral: Contribuir para a consolidação da capacidade institucional da CGU, com vistas ao fortalecimento da integridade e da eficiência da gestão dos recursos públicos.									
IMPACTO DO PROGRAMA									
Indicadores	Unidade de medida	Linha de base	Ano da linha de base	Medições intermediárias					Meta Geral
				Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05	
% de recomendações com prazo inicial de atendimento nos últimos 2 anos implementadas (SFC)	%	18	2012	20	24	27	31	36	36
Obs.:									
Componente: 1. Fortalecimento da Capacidade Operativa da CGU									
Indicadores	Unidade de medida	Linha de base	Ano da linha de base	Medições intermediárias					Meta Geral
				Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05	
Índice de clima organizacional ^[1] (DGI)	Índice	2,54	2011	2,54	2,54	2,2	1,9	1,6	1,6
Índice de retrabalho – Média de revisões por ação de controle (SFC)	Índice	0,44	2012	0,44	0,44	0,44	0,4	0,35	0,35
Nível de maturidade dos processos relacionados à governança de TI da CGU, segundo a metodologia Cobit 4.1 ^[2] (DSI)	nível Cobit	2	2011	2	2	2	2	3	3
Obs. 1: A pesquisa de clima organizacional, ocorrida na CGU durante os meses de abril e maio de 2011, contemplou, em duas perguntas distintas, avaliação de fatores motivacionais e satisfação dos servidores para cada um desses fatores.									
Obs. 2: A Metodologia Cobit é estruturada com 6 níveis de maturidade de 0 (zero) inexistente a 5 (cinco) otimizado.									
Componente: 2. Apoio à melhoria da gestão governamental federal									
Indicadores	Unidade de medida	Linha de base	Ano da linha de base	Medições intermediárias					Meta Geral
				Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05	
Benefícios financeiros anuais decorrentes dos trabalhos da CGU. (1)	R\$	2.333	2012	2.333	2.333	2,5	2,75	3	3
% de gestores públicos federais que consideram a atuação da CGU como, no mínimo, relevante em pelo menos 5 linhas de ação (SFC) ^[2]	%	52,73	2011	52,73	52,73	55	55	60	60
Quantidade de Ouvidoria Federais acessíveis pelo Portal Ouvidoria.gov (OGU)	Ouvidorias	0	2013	0	0	0	50	100	100
Obs. 1: Metodologia utilizada pela Portaria CGU n 2379 de 31/10/2012									



Instrumentos de Controle do PROPREVINE

❑ (PA) Plano Anual de Aquisições: é o Plano onde são apontadas quais aquisições se pretende fazer durante aquele ano, levando em conta o que foi atingido no ano anterior e o que foi projetado na Matriz de Resultados

A	B	C	D
Unidad	Produto	Detalhamento da Aquisição	Valor previsto
STPC	C3.P06 (STPC) - Novo Portal da Transparência	Aquisição de 3 Licenças do Software Dreamweaver para edição de conteúdo estático para o Novo Portal da Transparência (custo das licenças é anual)	R\$ 852
	C3.P06 (STPC) - Novo Portal da Transparência	Consultoria Especializada Teradata	R\$ 100.000
CRG	C1.P16 (CRG) - Aparelhamento da Corregedoria Geral da União	Sistema de transcrição de áudios - TI - Aquisição	R\$ 45.000
CRG	C1.P16 (CRG) - Aparelhamento da Corregedoria Geral da União	10 Licenças de software de tarjamento de PDF - TI - Aquisição	R\$ 10.095
CRG	C2.P13 (CRG) - Kits da Corregedoria entregue nas Regionais da CGU	Kits da Corregedoria-Geral da União (pen card)	R\$ 17.500
ASCOM	C1.P1 (ASCOM) - Proposta de Política de Comunicação	Aquisição de 3 Licenças do Adobe Creative Cloud e 1 Licença do Adobe Lightroom	R\$ 9.204
ASCOM	C1.P1 (ASCOM) - Proposta de Política de Comunicação	Aquisição para modernização da IntraCGU	R\$ 100.000
SFC	C1.P10 (DTI) – Processos de Governança de TI revisados e internalizados	Switches e Fitoteca	R\$ 910.000
STPC	C3.P04 (STPC) - Cursos Ensino a distancia em transparência controle social (EAD)	Elaboração de cursos em EAD	R\$ 480.000
STPC			
STPC	C4.P3 (STPC) - Cursos para gestores dos entes subnacionais	Contratação de instituição para produção de cursos EAD	R\$ 480.000
STPC			
STPC	C4.P04 (STPC) - Sistema do Mapa Interativo Social do Brasil Transparente	Mapa Brasil Transparente	R\$ 200.000
STPC	C2.P10 (STPC) - Proposta avaliação integridade órgãos e entidades Poder Exec Fed	Contratação de serviços de tradução	R\$ 20.000



Instrumentos de Controle do PROPREVINE

- **Progress Monitoring Report (PMR):** é um relatório de acompanhamento detalhado, com foco nos alvos financeiros do Programa, também de periodicidade semestral

A	B	C	D
RESULTS MATRIX			
OUTPUTS PHYSICAL PROGRESS			
Component Nbr.1: Fortalecimento da Capacidade Operativa da CGU			
Output			
1.1	C1.P1(ASCOM) - Proposta de política de comunicação		
Details			
Means of verification: Publicação de norma em E.I			
Pro-Gender		No	CRF indicator
Pro-Ethnicity		No	Strategic Alignment
Output			
1.2	C1.P2(CRG) - Reestruturação do setor de videoconferência		
Details			
Means of verification: Relatório Semestral de Progresso			
Pro-Gender		No	CRF indicator
Pro-Ethnicity		No	Strategic Alignment



Instrumentos de Controle do PROPREVINE

- ❑ (RP) Relatório de Progresso: é um relatório que detalha as iniciativas do ponto de vista das ações realizadas, com periodicidade semestral

RELATÓRIO SEMESTRAL DE PROGRESSO
1º SEMESTRE DE 2018

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO
E COMBATE À CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
BRASILEIRA

Interações BID x CGU

- ❑ **(Discussão) Reuniões de Carteira:** eventos onde são discutidos pontos relevantes sobre o desenvolvimento do Programa, dificuldades enfrentadas, ações adotadas, etc. Participam servidores da SOF*, STN e SEAIN pelo Governo



Interações BID x CGU

- ❑ **(Capacitação) Reuniões de Treinamento:** eventos organizados pelo BID em que são convidados tanto os servidores do órgão executante, como da auditoria (TCU) e da Consultoria Jurídica



Interações BID x CGU

- ❑ **Auditorias Anuais (TCU):**
o TCU é a instituição eleita pelo BID para a realização da auditoria de verificação se o Programa está sendo dirigido adequadamente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA



Interações BID x CGU

- ❑ **Pedidos ao BID:** obrigatórios são dois: Pedido de Desembolso – quando é solicitada a remessa de recursos para efetuar pagamentos e Pedido de Não-Objecção – quando há necessidade de consulta ao Banco sobre um procedimento ainda não realizado anteriormente ou autorização de início de procedimento





Tabela de Comparação Lei 8.666/93 x BID

Modalidade de contratação	Lei 8.666/93	Normas BID 2349 e 2350 (similar, se houver)
Contratações simples de baixo valor	Dispensa de licitação: R\$ 17.600,00 (bens) e R\$ 33.200,00 (obras) (art. 24, I e II)	Comparação de preços: para bens e serviços de pequeno valor (até US\$ 100.000)
Contratação direta ou inexigibilidade de licitação	Inexigibilidade de licitação (art. 25)	Contratação direta (requer Não-objeção do BID)
Licitações públicas (bens e serviços)	Concorrência, Tomada de Preços e Convite, além de Pregão Eletrônico (bens e serviços comuns).	Concorrência Pública Internacional, Concorrência Internacional Limitada, Licitação Pública Nacional e Pregão eletrônico
Seleção e contratação de consultores	A Lei 8.666/93 NÃO prevê a figura de contratação de Consultorias.	SBQC, SBQ, SOF, SBMC e SQC (principais modalidades)



Boas Práticas Adotadas no Programa

- Estrutura de Governança
- Fluxogramas, Templates, Checklists, Informes - disponíveis na Intranet e constantemente revisados
- Aproximação da Consultoria Jurídica por meio de Reuniões de Alinhamento
- Indicação de Gerentes de Projetos por Área (Controle Descentralizado)
- Registros realizados por meio do SEI
- Ferramenta de Gerenciamento para Acompanhamentos das Aquisições



Boas Práticas Adotadas no Programa

- Fluxogramas, Templates, Checklists, Informes, disponíveis na Intranet e sob revisão constante

Você está aqui: [Página Inicial](#) > [Proprevine](#) > [Documentos de Planejamento e Execução](#)

PROPREVINE

[Informes PROPREVINE](#)

[Normativos e Atas](#)

Documentos de Planejamento e Execução

[Modelos de Documentos por tipo de aquisição - Válidos para todos os Exercícios](#)

[2014 - Restritos a este exercício](#)

[2015 - Restritos a este exercício](#)

[2016 - Restritos a este exercício](#)

[2017 - Restritos a este exercício](#)

[2018 - Restritos a este exercício](#)

[Política de Aquisição e Contratação - BID](#)

Documentos de Planejamento e Execução

[Matriz de Resultados e Produtos do Programa](#)
Matriz de Resultados e Produtos do Programa

[Manual de execução](#)

[Caderno de Logística - Pesquisa de Preços](#)

[Histórico de Aquisições 2016](#)

[Lista de PI no SIAFI por Produto](#)

[Norma de Execução 03 - Processos Financeiros](#)

[Modelos de Documentos por tipo de aquisição - Válidos para todos os Exercícios](#)

[2014 - Restritos a este exercício](#)

[2015 - Restritos a este exercício](#)

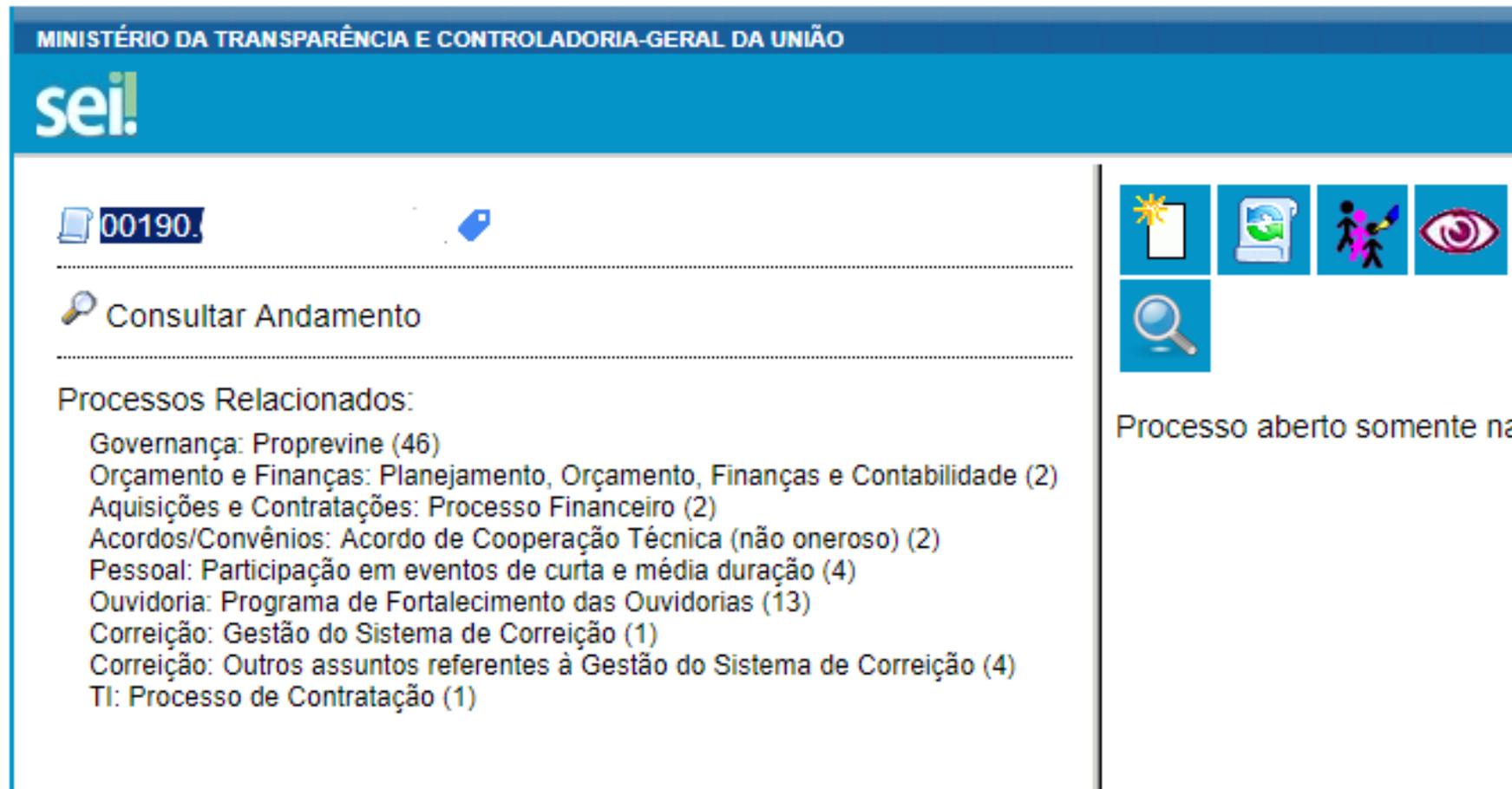
[2016 - Restritos a este exercício](#)

[2017 - Restritos a este exercício](#)

[2018 - Restritos a este exercício](#)

Boas Práticas Adotadas no Programa

- Registros pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI (Facilitou sobremaneira as Auditorias)



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

sei!

00190

Consultar Andamento

Processos Relacionados:

- Governança: Proprevine (46)
- Orçamento e Finanças: Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (2)
- Aquisições e Contratações: Processo Financeiro (2)
- Acordos/Convênios: Acordo de Cooperação Técnica (não oneroso) (2)
- Pessoal: Participação em eventos de curta e média duração (4)
- Ouvidoria: Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (13)
- Correição: Gestão do Sistema de Correição (1)
- Correição: Outros assuntos referentes à Gestão do Sistema de Correição (4)
- TI: Processo de Contratação (1)

Processo aberto somente na



Códigos Orçamentários Específicos do Programa

PI Antigo (2014-2016)	PI novo (2017)	Produto
1631.10.000 (C1)	00163111111	C1.P1 (ASCOM) – Proposta de política de comunicação
	00163111112	C1.P2 (CRG) – Reestruturação de salas de videoconferência
	00163111113	C1.P3 (DGI) – Proposta de modelo de gestão de pessoas.
	00163111114	C1.P4 (DGI) – Sistema informatizado de gestão de pessoas e gestão administrativa implantado.
	00163111115	C1.P5 (DGI) – Proposta de metodologia para elaboração de instrumentos de Gestão Documental Arquivística
	00163111116	C1.P6 (DIE) – Núcleos de especialização
	00163111117	C1.P7 (DIE) – Fortalecimento da estrutura de suporte da DIE
	00163111118	C1.P8 (DIPLAD) – Estrutura institucional de capacitação e modernização
	00163111119	C1.P9 (DSI) – Ampliação da utilização do sistema de gestão eletrônica de documentos



Implantação da Gestão de Riscos

Quadro 15

Análise dos Fatores Críticos e Riscos Potenciais para a Sustentabilidade do Programa

Sustentabilidade	1º Sem 2014	2º Sem 2014	1º Sem 2015	2º Sem 2015	1º Sem 2016
Análise dos Fatores Críticos para Sustentabilidade das Ações a Serem Desenvolvidas	Como fatores críticos, temos a capacidade operativa da instituição para atender as demandas crescentes por ações de combate à corrupção, considerando duas vertentes: (i) instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; e (ii) criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.	Como fatores críticos, temos a capacidade operativa da instituição para atender as demandas crescentes por ações de combate à corrupção, considerando duas vertentes: (i) instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; e (ii) criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.	Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes: (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.	Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes: (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.	Como fatores críticos têm a capacidade operativa da instituição para atender às demandas crescentes por ações de melhoria da gestão, transparência, combate à corrupção e controle social, considerando duas vertentes: (i) Instrumentalizar a instituição, com vistas a consolidar as ações de sucesso e ampliar sua capacidade responsiva; (ii) Criação de novas frentes de atuação, evoluindo os resultados que a instituição pode alcançar no combate à corrupção.
Riscos Potenciais	Limitação de recursos orçamentários;	Limitação de recursos orçamentários;	Limitação de recursos orçamentários e financeiros;	Limitação de recursos orçamentários e financeiros;	Limitação de recursos orçamentários e financeiros;
	Rotatividade e redução da mão de obra alocada ao projeto;	Rotatividade e redução da mão de obra alocada ao projeto;	Realocação da mão de obra alocada ao projeto;	Realocação da mão de obra alocada ao projeto; e	Heterogeneidade das aquisições; e
	Quantidade de unidades internas envolvidas; e	Quantidade de unidades internas envolvidas;	Excesso de burocracia nas contratações; e	Variação cambial.	Variação cambial.
	Variação cambial.	Variação cambial; e	Variação cambial.		
		Conflitos entre a Matriz de Resultados definida e as prioridades das unidades participantes.			



Características do PROPREVINE:

1. Programa inovador e inédito na CGU
2. Foi auditado pelo próprio TCU
3. Foi elemento-chave da modernização da CGU e de suas macros-áreas (auditoria, corregedoria, ouvidoria e transparência)
4. Investiu no trinômio Gestão x Tecnologia x Capacitação
5. Investiu pesadamente em capacitação de servidores, seu maior ativo



Pontos positivos

1. Impacto favorável oriundo das aquisições focadas em aspectos inovadores e tecnológicos
2. Implantação e legado de uma cultura de gestão por resultados
3. Implantação de soluções ajustadas às necessidades das macro áreas da CGU (auditoria, corregedoria, ouvidoria e transparência)
4. Apoio político (Ministros) e institucional (corpo técnico) como fator chave para a obtenção dos resultados e objetivos
5. A preparação/planejamento da execução contribuem para o cumprimento do cronograma e das metas inicialmente estabelecidos



Dificuldades iniciais:

1. Atraso na execução pela inexperiência inicial das Equipes na execução
2. Formação da CEL
3. Resistência às mudanças propostas
4. Choque cultural em relação aos métodos do Banco
5. Alto custo operacional do Programa em si
6. Irrealismo e idealismo das metas inicialmente fixadas
7. Todo ano ser plenamente Auditado pelo TCU



Dificuldades recorrentes:

1. Atrasos nas aprovações anuais e cortes do orçamento da União
2. Redefinições no planejamento inicial decorrentes de novas demandas
3. Dificuldades em encontrar firmas de consultoria com especialização e experiência no tema e o alto custo dos serviços
4. Variação cambial durante o período de execução



TCU: Recomendações

“A) Avaliar a conveniência e oportunidade de serem revisadas as estimativas de variação dos indicadores previstos na Matriz de Resultados para os anos 3, 4 e 5, de forma que os resultados esperados estejam mais adequados aos apurados nos dois primeiros anos de execução do programa;

B) Avaliar a oportunidade e conveniência de que sejam inseridas notas explicativas nos futuros Relatórios Semestrais de Progresso, sempre que houver variação significativa entre a previsão de alteração dos indicadores e os resultados efetivamente apurados, de forma a tentar evidenciar as possíveis causas para distorções eventualmente identificadas”.



Observações do TCU sobre o Programa

Execução do Proprevine – 2013 a 2017

	A	B	
ANO	RATEIO ANUAL US\$ (atualizado)	EXECUÇÃO US\$ (caixa)	B/A
2018	5.442.200,00	-	-
2017	5.442.200,00	2.229.589,32	41%
2016	5.442.200,00	3.277.412,18	60%
2015	5.442.200,00	2.216.367,62	41%
2013/2014	5.442.200,00	1.454.063,60	27%
TOTAL	27.211.000,00	9.177.432,72	34%

Fonte: Demonstrações Financeiras do Proprevine – Exercícios 2014, 2015, 2016 e 2017.

15. A análise do orçamento autorizado ao programa, em dólar e em reais, deixa claro que foi a restrição orçamentária que impediu que o programa tivesse uma execução mais eficiente. Para que o Programa tivesse uma execução financeira satisfatória, seriam necessários ao menos 20 milhões de reais de orçamento por exercício. No entanto, o orçamento do Programa vem recebendo aproximadamente a metade disso, como se verifica no quadro 4 a seguir:



Observações do TCU sobre o Programa

18. A questão da restrição orçamentária foi apontada no relatório do TCU sobre as Demonstrações Financeiras do Proprevine no exercício de 2016, como fator prejudicial ao adequado atingimento dos objetivos pactuados.

19. Um Sistema de Controle Interno existe para mitigar determinados riscos que extrapolam o apetite ao risco de uma organização. Ao mitigar esses riscos, o Sistema de Controle Interno permite que os objetivos da organização sejam alcançados com maior segurança.

20. Se considerarmos a situação atual do CGU, com cortes orçamentários e restrição de pessoal, a situação de umbilicalidade entre o Proprevine e os objetivos organizacionais do CGU ainda adquire maior relevância, pois o orçamento referente ao Proprevine representa parte considerável do montante financeiro disponível para o órgão.

21. Diante do cenário apresentado, é necessário ressaltar os esforços empreendidos pela administração do Proprevine que resultaram em uma execução orçamentária financeira de 86%, relativamente ao orçamento autorizado para o Proprevine, ao longo dos 4 anos de projeto.

O que deu certo?

1. Melhoria da Governança
2. Celeridade das Contratações
3. Segmentação e segregação de funções
4. Criação e consolidação de time de especialistas nas áreas-chave
5. Treinamento e preparação de substitutos antes que ocorressem baixas na equipe





Dificuldades (Praticamente) Não Contornáveis

1. Dúvidas jurídicas L8666/93 x Normas Internacionais
2. Barreira Cultural
3. Dificuldade de usar fonte mista nos contratos
4. O orçamento foi incorporado ao Orçamento da CGU
5. O contingenciamento orçamentário inviabiliza o cumprimento das obrigações junto ao Banco, as quais continuam a ser exigidas



Medidas de Mitigação

1. Planejamento em conjunto com a área
2. Priorização de objetivos em vista de contingenciamento
3. Treinamento e prática continuada
4. Envolvimento de toda a CGU por meio de sensibilização e transparência das ações adotadas
5. Comprometimento da Alta Direção em relação ao Programa e seus alvos na Matriz de Resultados
6. Monitoramento constante (O que foi feito x O que está sendo feito x O que falta ser feito)



O que recomendamos

1. Alinhamento com a Área Jurídica sobre as normas do BID
2. Ordenador de Despesas e CEL dedicados e exclusivos ao Programa
3. Nomeação de interlocutores das áreas envolvidas (GP)
4. Capacitações específicas realizadas pelo BID
 1. Incluir área jurídica e de Contratações nessas capacitações
 2. Abordar casos práticos e reais do dia-a-dia
5. Prever e cancelar recursos externos excedentes para evitar o pagamento de comissão de permanência (juros sobre o saldo ainda não utilizado)
6. Evitar controles excessivos que podem travar processos e progresso



Uma reflexão necessária:

Afinal, Vale a Pena Obter Financiamento Externo Para Desenvolver a Administração Pública Brasileira?

Contras: curva elevada de aprendizado, custos operacionais elevados; manutenção de equipe exclusiva para o Programa, variação cambial.

Prós: legado de cultura de planejamento estratégico; crescimento profissional dos envolvidos; maior agilidade em relação à L8666/93; monitoramento histórico e ampliação da visão estratégica; juros menores que o mercado

PROPREVINE

Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção
na Gestão Pública Brasileira 2014 a 2018

Obrigado!

Walter Cuinha

diplad@cgu.gov.br

MINISTÉRIO DA
TRANSPARÊNCIA E
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

